

## **O PENSAMENTO CRÍTICO NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NA UNIMONTES**

**IÊDA MARIA RAMOS CUNHA**

Universidade Estadual de Montes Claros  
iedamocmg@gmail.com

**ANDRÉ FELIPE VIEIRA COLARES**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
colaresafv@gmail.com

## O PENSAMENTO CRÍTICO NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NA UNIMONTES

### RESUMO

O questionar a realidade, analisar situações políticas e interpretar seu contexto social, por parte dos cidadãos, demonstra a existência de uma reflexão crítica da e na sociedade. Entre os diversos mecanismos e instituições que fomentam tal pensamento, as instituições de ensino superior, principalmente as universidades, exercem papel fundamental na formação e construção desta criticidade. A partir desses pressupostos, o objetivo deste estudo é analisar e refletir sobre o papel da universidade no país e, em específico, o curso Graduação em Administração da Unimontes na construção do pensamento crítico. Buscou-se realizar uma pesquisa documental, através da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Administração na Unimontes, com foco nas mudanças ocorridas na grade curricular do curso. A pesquisa bibliográfica contemplou ainda a discussão acerca da crítica na Universidade e o papel desta na sociedade. Analisando o curso de Administração na Unimontes percebe-se uma falta de disciplinas que estimulem o pensamento crítico, estas não estavam compreendidas nos projetos e as que se faziam presente perderam espaço durante a consolidação do curso. Pode-se concluir que a falta de tais disciplinas pode interferir na formação, concepção e postura do acadêmico na sociedade.

**PALAVRAS – CHAVE:** Pensamento crítico. Curso de Administração. Unimontes

### ABSTRACT

Questioning the reality, analyze political situations and interpret their social context, by citizens, demonstrates the existence of a critical reflection of and in society. Among the various mechanisms and institutions that foster such thoughts, the higher education institutions, especially universities, play a crucial role in the formation and construction of this criticism. From these assumptions, the objective of this study is to analyze and reflect on the role of the university in the country and, in particular, the course Graduation in Administration of Unimontes in the construction of critical thinking. We attempted to perform a documentary research, through the analysis of Political Pedagogical Projects of the Administration course in Unimontes, with a focus on changes in curriculum of the course. The literature search also included a discussion about the critical at the University and the role of this in society. Analyzing the course of Administration in Unimontes perceives a lack of disciplines that encourage critical thinking, these were not included in the projects and the ones that were present lost space during the consolidation of the course. It can be concluded that the lack of such disciplines can interfere with the formation, conception and posture of the academic in the society.

**KEYWORDS:** Critical thinking. Administration Course.

## 1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira de hoje debruça-se sobre um alto conformismo social. O alienamento à política, economia e questões sociais traz para o dia-a-dia do brasileiro uma ideia de convivência com tudo que acontece ao seu redor; sem grandes questionamentos, apenas aceitando a realidade que lhe é imposta.

Durante o ano passado, após aumento nas tarifas do transporte público em São Paulo e em outras capitais, diversas manifestações nestas cidades desencadearam uma onda de movimentos por todo o país. Um aparente acordar crítico para a realidade do país. As diversas manifestações populares tinham como principal propósito a ideia de tentar mudar a realidade brasileira: corrupção, altos impostos, serviços públicos de baixa qualidade, dentre outras questões que impossibilitavam o país de avançar socioeconomicamente.

Tais movimentações, no entanto, não se apresentavam organizadas através de um objetivo único e geral. Era como se cada pessoa nas movimentações estivesse protestando por uma coisa diferente das demais, não soando como um coro que protestava sobre as mesmas coisas. Com o crescimento das manifestações, pode-se detectar também que se de um lado a população visivelmente contrariada e insatisfeita ia às ruas, de outro, grupos políticos buscavam manipular os interesses dos manifestantes.

Essa falta de consistência e organização das movimentações atrapalhou no alcance de seus objetivos: pouco mudou após estas movimentações. Em suma, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e outra foram derrubadas; em algumas cidades as tarifas de ônibus não foram reajustadas e governos federal e estaduais posicionaram sobre mudanças políticas e sociais que fariam, mas e as raízes dos problemas? Não houve uma real mudança social, nem uma mudança no pensamento crítico da população que, durante as movimentações, acabou sofrendo forte influência da mídia. Um verdadeiro atestado de que mesmo se manifestando a população ainda se encontra alienada.

As diversas movimentações também chegaram ao interior, como foi visto em Montes Claros, Minas Gerais, sobre o aumento da tarifa do transporte público na cidade. Aos que compareceram à movimentação o que era nítido é que pouco de politização ou criticidade tinha naquele espaço; era muito mais “seguir a onda” e manifestar também. Essa situação propõe-se contraditória, pois, por se tratar de uma cidade polo universitária se espera uma maior politização, visto possuir uma grande classe universitária.

É nesse contexto que este trabalho se faz relevante, pois é partindo do pressuposto de que um dos objetivos da universidade é desenvolver o pensamento crítico, e o posicionamento diante das realidades vivenciadas, o porquê disto não ocorrer em situações como as vivenciadas no ano passado? A classe universitária faz-se realmente crítica? A universidade cumpre este papel? E o curso de administração apresenta-se crítico ou apenas formador de mão de obra alienada ao capital? É através destes questionamentos que se propõem aqui a analisar e refletir sobre o papel da universidade no país e, em específico, o Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) na construção do pensamento crítico.

O estudo baseia-se na hipótese de que a estrutura curricular pode formar profissionais aptos a vivenciarem a profissão de maneira mecânica e alienada ou a se posicionarem de forma crítica e consistente, diante de assuntos tão pertinentes como as manifestações populares. Para tal, este artigo encontra-se organizado em quatro seções, além desta breve introdução: i) o papel da crítica na universidade; ii) percurso metodológico; iii) o curso de administração no Brasil e na Unimontes; iv) discussão e considerações adicionais.

## 2. O PAPEL DA CRÍTICA NA UNIVERSIDADE

“A educação é a base de tudo”. Clichê usado periodicamente por políticos, imprensa e alguns movimentos sociais, a educação representa na verdade a base para o futuro. A educação básica, aquela que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) abrange do berçário ao ensino médio, tem por função social a formação dos futuros cidadãos. Formação normalmente ligada à civilidade, ética, respeito, valores e formação educacional básica.

A educação superior, por outro lado, já recebe os cidadãos formados, com suas concepções, crenças e valores construídos e sólidos; se comparado com os outros níveis de ensino. A universidade então, espaço da educação superior, tem a função social de formar a sociedade do futuro. É na Universidade que são formados os futuros profissionais do mercado de trabalho, é onde surgem novas teorias e outras são revisadas, é nela que ideologias são criadas e reforçadas. A ciência e o espírito de descobrir e empreender são exaltados neste espaço multidisciplinar. A universidade é hoje a projeção da sociedade de amanhã.

Segundo Manacorda (2006), a raiz da formação do espaço universitário encontra-se na Idade Média, após a crise do império carolíngio e com o repasse do direito escolar para a Igreja, incentivando esta à abertura de escolas episcopais e paroquiais, e conseqüentemente formando mestres. O autor ainda observa que com o advento da economia mercantil nas cidades o processo de instrução e aprendizagem sofreu mudanças com o aparecimento dos denominados mestres livres que “munidos da *licentia docendo* concedida pelo *magischola*, ensinando fora das escolas episcopais e paroquiais (*extra muros civitatis*), eles satisfazem as exigências culturais das novas classes sociais (MANACORDA, 2006).

Seguindo a mesma linha, alguns estudiosos apontam que as primeiras universidades, dentro de um contexto mais abrangente do termo, surgiram na Europa medieval, durante o renascimento do Século XII. Queiroz (2009, p-7) aborda o surgimento das universidades no início do Século XIII na Europa ocidental, no entanto aponta a comunidade universitária como dependente do movimento associativo, onde professores ou estudantes que estabeleciam suas próprias regras regiam o exercício autônomo da atividade do saber, o estudo e o ensino.

Em nível Brasil, discute-se universidade após os anos de 1808 junto com o nascimento do Estado nacional. Inicialmente, com a criação de cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado, bem como, formar profissionais liberais. Após 1822, com a independência política, houve o acréscimo dos cursos de direito ao rol de cursos oferecidos. Apesar do caráter elitista, desde o surgimento do ensino superior, o estado apossou-se de prestar esse serviço à sociedade. (QUEIROZ, 2009 – p.11)

A universidade tem dentre as suas funções o papel de produzir e compartilhar conhecimentos. Dentro de uma perspectiva “econômica”, a universidade deve produzir conhecimento necessário para o desenvolvimento de profissionais e para o abastecimento do mercado de trabalho. Goergen (2006) defende ainda que, a universidade deve se posicionar de forma a privilegiar atividades de ensino e pesquisa que tenham aplicabilidade ao seu contexto social, buscando assim, a superação das carências daquele contexto.

Esse espaço universitário é dotado de diversas formas de se compartilhar o conhecimento que, segundo a LDB, abrange: cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência; de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; de pós - graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e; de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

A universidade ainda é dotada do papel de atualização dos conhecimentos e vivência prática destes através de projetos de pesquisa e extensão, respectivamente.

Os projetos de pesquisa têm por finalidade gerar novos conhecimentos através de estudos e testes realizados sobre hipóteses e problemas levantados de observações feitas, mas que ainda não foram testados ou solucionados para serem dados como verdadeiros. Concluídos os trabalhos de pesquisa, com ratificação ou não das hipóteses, esta se torna um novo conhecimento a ser partilhado nas salas de aula das universidades e junto à sociedade.

Os projetos de extensão têm por essência o objetivo de proporcionar aos acadêmicos de seus respectivos cursos a prática do conhecimento adquirido em sala de aula. Segundo Paulo Freire (apud QUEIROZ, 2009) a extensão pode ser concebida como uma via de mão dupla, de forma que os acadêmicos colocam em prática os saberes adquiridos e, simultaneamente, retroalimentam o sistema, trazendo novos elementos para sua área do saber e por vezes, para além dessa, pois Freire afirma que “da práxis teoria/prática/teoria, a extensão traz em si grande potencial de trabalho interdisciplinar de uma visão integrada do social”.

É importante frisar, que juntos, Pesquisa, Extensão e o Ensino – este último ministrado em sala de aula pelo professor; formam o tripé da Universidade. Emergido em 1968, a indissociabilidade destes três, toma forma em prol do modelo de ensino superior no Brasil, servindo de aporte para a educação superior, aprofundando assim, a relação universidade/sociedade (CUNHA apud QUEIROZ, 2009 – p.19). Diferentemente das faculdades que normalmente tem como base, apenas o ensino.

Ao se discutir o verdadeiro papel da universidade, DA SILVA (2001, p.80) aponta um confronto entre dois modos de vê-la: a universidade como “instituição social”, que deve se concentrar na busca e criação do conhecimento, na análise, na crítica e na difusão das ideias, e a universidade como “organização social” (CHAUÍ, 1999 apud DA SILVA) voltada para a produção de resultados como sendo um retorno para a sociedade. O autor pondera que a universidade pública deve saber equilibrar em seu papel, esses dois conceitos, buscando assim, o conhecimento por seu valor intrínseco e sem vínculos com sua aplicação; contribuindo assim para o progresso social, econômico e cultural do país através da pesquisa científica aplicada e da formação de recursos humanos qualificados.

A Universidade, por vezes, é pressionada pela sua responsabilidade social e necessidade de retorno para a sociedade, no entanto, Santos (apud QUEIROZ, 2009 – p.25) justifica que:

[...] a responsabilidade social da universidade não decorre do excesso de autonomia, mas, pelo contrário, da falta dela e dos meios financeiros adequados. O estado e a sociedade não podem reclamar da universidade novas funções quando a asfixia financeira não lhe permite sequer desempenhar as funções mais tradicionais. “... a universidade deve ser incentivada a assumir novas formas mais densas de responsabilidade social, mas não deve ser funcionalizada nesse sentido. A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não tem poder para as impor.

LAHUERTA e NOGUEIRA (2001 – p. 157) acrescentam ao discurso, a situação delicada em que a universidade se encontra em relação ao seu papel social, que de uns anos para cá, as universidades públicas brasileiras passaram a viver sob fogo cruzado. Pressionadas pelo mercado, que as ataca por meio de um discurso em favor do ensino pago e de um avanço das instituições particulares de ensino superior, e também enfrentam outra frente “liderada” pelo governo, que aumenta a pressão em busca de resultados e produtividade bem como proclama a incapacidade gerencial de seus dirigentes. Sem contar, é claro, que estão sendo consumidas e fragilizadas por suas próprias bases, insatisfeitas, revoltadas e confusas diante

da falta de verbas e equipamentos, dos salários depreciados, da ausência de perspectivas e de orientações para combater um quadro que se tem mostrado progressivamente desalentador.

A professora Irene Cardoso tematiza o lugar da crítica na universidade, do intelectual na sociedade e do pensamento enquanto exercício de reflexão. Para Bruniera (2014)<sup>1</sup>, a universidade não deve responder imediatamente às demandas do Estado ou da sociedade, mas criar suas demandas a seu modo. Ultimamente as demandas têm sido de caráter empresarial. Para a autora, a universidade possui seu próprio modo de pensar, deveria continuar com sua autonomia, como uma autarquia, assim como era denominada na Lei de Diretrizes e Bases.

Essa posição de uma aproximação maior da universidade e da pesquisa universitária com as empresas se dá muito mais nas áreas das ciências químicas, biológicas e afins. Nesse sentido, a universidade na sua parte de humanidades, letras, ciências sociais e filosofia fica um tanto quanto defasada em relação a esse modelo ou a esse tipo de configuração dominante. Defasada porque as humanidades não teriam a mesma força e a mesma importância, a não ser em alguns pontos específicos, para o atendimento desse tipo de demanda. (BRUNIERA, 2014 - p.183)

As universidades surgiram na Idade Média, marcadas pela cátedra, na qual seus regentes detinham amplos poderes e os alunos eram discípulos que liam os livros e repetiam as orientações dos seus mestres (FÁVERO, 2000).

Com o advento da reforma universitária nos anos 1960, a lei 5.540/68 extinguiu a cátedra e determinou que o departamento fosse a menor fração da estrutura de uma faculdade ou universidade (CUNHA, 2007). Para o autor, o regime foi criticado pela república populista, sendo qualificado como “vitalícia e latifundiária” e foi responsabilizada pelo estancamento do crescimento das Instituições de Ensino Superior públicas, assim como pelo baixo nível de ensino. Apesar disso, Cunha explica que existem acontecimentos importantes antes da implantação da referida reforma.

O leitor mais jovem, que ingressou numa IES, como professor ou estudante a partir do início dos anos 1980, vai se surpreender com a intensidade e a densidade do movimento estudantil dos anos 1960 e a inexistência do movimento de docentes e de funcionários técnico – administrativos. Na república populista, o movimento estudantil foi capaz não só de mobilização de âmbito nacional, como, também tinha uma capacidade de elaboração de ideias sobre a universidade [...] os estudantes estavam sintonizados com as discussões que se tratavam no Brasil e na América Latina.

Tragtenberg (2004, p.12) relata que no século XIX, no qual prevalecia o capitalismo liberal, se formava a pessoa para um comportamento autônomo. Diferente de hoje, que se forma uma mão-de-obra destinada a manter o despotismo do capital; ele conclui que se passou a produzir títulos acadêmicos, que substitui a produção a serviço do poder.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

Buscando analisar a evolução do curso de Administração na Universidade Estadual de Montes Claros faz-se aqui a adoção por uma abordagem de pesquisa exploratória; constituindo-se também de outras duas metodologias: revisão documental - perpassando pelos Projetos Políticos Pedagógicos do curso e se suas bases contemplam disciplinas/vertentes

<sup>1</sup> BRUNIERA, Celina et al. Entrevista: "O lugar da crítica na universidade pública", com Irene Cardoso. Plural (São Paulo. Online), [S.l.], v. 9, p. 181-196, Mar. 2014. ISSN 2176-8099. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/plural/article/view/75773/79260>>. Acesso em: 14 julh. 2014.

críticas - e bibliográfica acerca da constituição do curso de administração em nível Brasil e Montes Claros.

A pesquisa do tipo exploratória permite uma maior familiaridade com o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Por ser uma pesquisa bastante específica, pode-se afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, que em consonância com outras fontes dará base ao assunto abordado.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a principal característica das pesquisas do tipo documental é o foco desta estar relacionado à busca de dados e informações, de forma restrita, em documentos escritos ou não. Constituindo-se assim, uma coleta de dados em fontes primárias. “Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI e LAKATOS, 2003, pág.37). Dessa forma, a seção deste trabalho que tem como base a pesquisa documental, usará da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Administração na Unimontes; em uma perspectiva comparativa histórica.

O acesso a tais documentos deu-se através do próprio departamento do curso na universidade, sendo feita a análise comparativa desde o primeiro projeto político pedagógico elaborado até o presente, em vigência. A análise focou na mudança da grade curricular e adaptação realizada durante os anos com a retirada e inclusão de determinadas disciplinas e perspectivas teóricas abordadas nas disciplinas.

No tocante a pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2003), esta se constitui de consulta a fontes secundárias. Visa assim, consultar bibliografia já publicada em relação ao tema objeto de estudo. “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto...” (MARCONI e LAKATOS, 2003, pág.39).

A pesquisa bibliográfica contemplou ainda a discussão acerca da crítica na Universidade e o papel desta na sociedade. Essa revisão buscou trazer respaldo ao argumento de que este espaço se constitui enquanto local de discussão e desenvolvimento do pensamento crítico.

#### 4. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL E NA UNIMONTES

Segundo o Conselho Federal de Administração<sup>2</sup>, o curso de Administração no Brasil tem uma história mais recente e curta, se comparado aos Estados Unidos. Em 1952, ano em que o ensino de Administração no Brasil era iniciado, os EUA já formavam bacharéis, mestres e doutores.

A partir da década de quarenta, acentua-se no Brasil a formação do administrador e a necessidade de se obter uma mão de obra qualificada para a planificação de mudanças, já que o país passava pela transição de um estágio agrário para a industrialização.

O processo de formação que objetivava tornar profissionais aptos para atender à industrialização foi intensificado com a regulamentação da profissão a partir da Lei 4.769, de 09 de setembro de 1965. A Lei deixava o acesso ao mercado profissional exclusivo para quem possuía os títulos do sistema universitário.

O ensino de Administração veio privilegiar as grandes unidades produtivas, principalmente a partir de 1964<sup>3</sup>. Em 1945, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, encaminhou para a presidência da república uma proposta de criação de mais dois cursos universitários: Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. O documento informava que, algumas atividades de direção e orientação, nas empresas privadas e públicas estavam

---

<sup>2</sup> Retirado de: [www.cfa.org.br](http://www.cfa.org.br). Acesso em 23/07/2014

<sup>3</sup> Retirado de: [www.cfa.org.br](http://www.cfa.org.br). Acesso em 23/07/2014

mais complexas, o que justificava a necessidade de maior especialização em determinadas áreas como as já citadas. Até então, a organização escolar do país estava voltada apenas para a medicina, o direito e a engenharia.

O ensino de Administração está ligado ao processo de desenvolvimento do país e tal processo foi marcado por dois momentos históricos. O primeiro pelo governo de Getúlio Vargas, de caráter nacionalista, e o segundo pelo governo de Juscelino Kubitchek, caracterizado pela abertura econômica de caráter internacionalista. O segundo aproximou-se do modelo adotado após 1964, período em que o processo de industrialização se intensificou devido à importação da tecnologia norte americana.

O surto de ensino superior, e em especial o de Administração, é fruto da relação que existe, de forma orgânica, entre essa expansão e o tipo de desenvolvimento econômico adotado após 1964, calcado na tendência para a grande empresa. Nesse contexto, tais empresas, equipadas com tecnologia complexa e com um crescente grau de burocratização, passam a requerer mão-de-obra de nível superior para lidar com essa realidade.

A criação e a evolução dos cursos de Administração no Brasil ocorreram, num primeiro momento, nas Instituições Universitárias, fazendo parte de um complexo de ensino e pesquisa, e num segundo momento, vinculado as Faculdades Privadas.

A expansão do curso de Administração também está ligada as mudanças no cenário econômico do país. A partir daí houve um aumento intenso das grandes empresas, implicando na necessidade de profissionais capacitados para desempenhar diferentes funções nas organizações.

Após a regulamentação da profissão, em 8 de julho de 1966 o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração. Assim, para controlar as condições de acesso à profissão, foram criados os Conselhos Regionais de Administração, com a função de fiscalizar o desempenho da profissão e expedir as carteiras profissionais, apenas os que fossem registrados no CRAs poderiam exercer a profissão.

Em 30 anos, o curso de Administração atingiu um alcance significativo na sociedade brasileira, visto que em 1954 contava apenas com dois cursos, atingindo 823 cursos na década de 90, e 1805 curso em 2010.

Ao analisarmos o histórico do curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros - MG, este foi iniciado em julho de 1972 bem como as aulas iniciadas em 02/08/1972. Desde então foram formados profissionais, sendo que uma boa parte desses trabalha nas diversas áreas de atuação do administrador, com vínculo empregatício, como servidores públicos ou profissionais liberais.

Em 27/02/1977, através do decreto 79.868, o curso teve seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação.

A Resolução 02/93 do Conselho Federal de Educação criou uma nova proposta curricular distribuída em três Núcleos: Formação Básica e Instrumental; Formação Profissionalizante e Formação Gerencial. Essa nova proposta curricular foi embasada no fato de que nos últimos anos houve uma mudança do perfil do administrador, onde o gerente se transformou em empreendedor. Assim houve uma necessidade de atualização com o objetivo de atender as necessidades do mercado.

Dentro das características do curso foram determinados alguns aspectos que o profissional, ao final do curso deveria apresentar, como por exemplo, a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional; formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente; formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais; dentre outros aspectos.



De acordo com o Relatório de Reconhecimento do Curso (1998, p. 14), o acadêmico de Administração deverá ser um profissional com visão estratégica de Administração, com sólida formação teórica, capacidade de análise e reflexão crítica sobre a realidade macro-social.

A metodologia do curso é constituída pelas disciplinas de formação profissional, além dos recursos da exposição didática, estudos de casos, exercícios práticos em sala, estudos dirigidos e independentes e seminários. Há uma ênfase no regionalismo, visto que a missão da Universidade consiste em “contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região norte mineira”.

Estas são algumas das características do curso de Administração da Unimontes presentes no Relatório para fins de reconhecimento do curso de graduação em Administração (1998).

## 5. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Analisando a estrutura curricular do curso de Administração Unimontes, percebe-se que algumas disciplinas perduraram por todos os anos pesquisados. Pode-se concluir que são as que baseiam o curso, como teoria geral da administração, contabilidade, matemática, economia, direito, recursos humanos, administração de materiais e administração da produção.

São perceptíveis alterações consideráveis, como a inclusão da disciplina filosofia, que, entretanto, só foi acrescentada, a partir da estrutura curricular do ano de 1993. A carga horária da mesma diminuiu de maneira considerável, de 60 horas, em dois semestres, para 30 horas em um semestre. Tal mudança foi salientada, pois conforme a ementa é uma das disciplinas das quais alguns dos objetivos são “instrumentalizar o aluno para abordagens críticas dos valores, fatos e tendências atuais” e “um espaço de reflexão para o autoconhecimento, compreensão do mundo e melhor percepção dos seres humanos”.

Outra importante mudança ocorreu no campo da sociologia que poderia favorecer um maior conhecimento e discussão colocando temáticas como sociedade, política e crítica ao capital em debate. A disciplina, que trabalhava dentre outros tópicos, conceitos de ciência política, de instituição social, de mobilidade social e formas de governo, teve sua carga horária reduzida, de 60 horas para 30 horas semestrais.

A grade curricular do curso, desde o seu início, não compreende também disciplinas que versam sobre discussões da administração com outras áreas em uma perspectiva mais sociológica, psicológica e até mesmo antropológica. Portanto, tais disciplinas que poderiam favorecer o estímulo ao pensamento crítico, não estavam compreendidas nos projetos e as poucas que se faziam presente perderam um importante espaço durante a consolidação do curso.

Dessa forma, de acordo com Tragtenberg (2004, p.96), “o estudante e o professor partem da compreensão da universidade para compreender a sociedade. Ela é a imagem da sociedade com suas estruturas autoritárias e seus princípios de ordem e poder”. Daí a necessidade de que a universidade se constitua enquanto um espaço de questionamento à determinadas imposições do capital, estendendo tal questionamento ao âmbito social

Tragtenberg (2004, p.98) ressalta que:

uma das condições da criação e da transmissão da cultura na universidade é a possibilidade de discuti-la a todo momento, daí a importância dessa participação. A aquisição do saber deve ser acompanhada da reflexão crítica sobre o mesmo, pois o ideal não é fabricar “quadros” dóceis, submetidos às baterias de testes das empresas

privadas, mas homens que vivem as duas dimensões da liberdade: a inserção na sociedade e sua crítica simultânea.

Segundo a abordagem de Tragtenberg, pode-se também observar na grade curricular do curso uma grande quantidade de disciplinas que são voltadas para a formação de mão de obra qualificada de acordo com os padrões impostos pelo capital. Nota-se, então, que existe uma tendência a alienação, no sentido de que o aluno é preparado especificamente para o mercado de trabalho de modo que o espaço para a reflexão é mínimo e é praticamente impossível sair dos padrões mecanicistas. Não há presença de disciplinas como teoria crítica, que seria importante para a discussão atual.

Bruniera (2014) partilha do mesmo pensamento de Tragtenberg. Para ela, para que se crie um ambiente propício à reflexão, é necessário que haja uma distância entre a universidade e as demandas da sociedade, que sempre cobram uma resposta imediata das instituições de ensino para suas necessidades. Assim, a avaliação, a produtividade da pesquisa, o número de artigos que se deve escrever para que a avaliação seja positiva para as agências, determinam que a universidade se aproxime do modelo de uma empresa, como uma organização, perdendo sua denominação de autarquia, perdendo a sua autonomia.

Visando um atendimento à comunidade através de serviços públicos, a universidade tende a se engajar em pesquisas que somente atendam aos interesses econômicos hegemônicos (TRAGTENBERG, 2004).

Pode-se entender à luz das afirmações dos autores citados, que o curso de Administração necessita de uma formação intensa em algumas técnicas, que transformem os profissionais de modo que se tornem prontos a atender o mercado. Sendo assim, a grade curricular demonstra as atenções mais voltadas a conhecimentos técnicos e que formam o profissional de maneira mecânica, por exemplo. Obviamente que, não se pretendia aqui sugerir uma diminuição ou extinção de áreas que não levam a discussões críticas, mas sim mostrar que seria interessante manter-se certo equilíbrio entre ambas.

No que diz respeito à produção de conhecimento, Drucker (1976, p.298) diz que os economistas chamam as “indústrias de conhecimento” de “serviços”. Afirma que o conhecimento tornou-se a indústria “primária”, que oferece recursos de produção para a economia. E, para Bruniera (2014, p. 183), “a finalidade da universidade é a pesquisa, o ensino e a extensão cultural. Essa noção de extensão cultural vem sendo cada vez mais entendida como prestação de serviços” Portanto, pode-se inferir que talvez a pequena participação dos acadêmicos em discussões e manifestações críticas seja consequência da necessidade de um ensino mais voltado para a necessidade econômica do país.

Para Tragtenberg (2004, p.52) “a prática burocrática gera uma dependência dos regulamentos e padrões quantitativos, e como consequência uma impessoalidade nas relações intra e extragrupo, resistências à mudança. Dessa forma, o administrativo precede sobre o pedagógico”.

Drucker (1976, p.305) afirma que o passo mais importante para se chegar à “economia do conhecimento” foi a Administração Científica com a aplicação sistemática da análise e do estudo dentro do trabalho manual.

Bruniera (2014, p.189) discerne instituição de organização. Segundo a autora, a universidade deve ser denominada como o primeiro termo, já que uma instituição tem de, permanentemente, se legitimar.

Os conflitos entre diferentes valores e perspectivas internos estão sempre em pauta. As posições têm de ser legitimadas a todo momento. Quando a universidade vai atingindo uma constituição mais técnica da organização, não há mais o que legitimar ideologicamente ou politicamente [...].

A técnica é constante e aparece em toda a trajetória do curso de Administração. Ela é necessária, mas não deveria ser o único núcleo de ensino em um curso universitário, haja vista que a universidade tem por finalidade desenvolver, na academia e na comunidade, competências que contribuam para o desenvolvimento social, que são também premissas presentes no projeto político pedagógico do curso de Administração da Unimontes.

A universidade classista continua existindo devido o poder que é exercido através da seleção dos estudantes e mecanismos de nomeação dos professores. No século XX, o professor exercia a função de produtor e reproduzidor da ideologia dominante. O professor exercia uma repressão pedagógica, formando uma mão-de-obra direcionada para um sistema de desigualdade social (TRAGTENBERG, 2004). O autor defende ainda que:

a universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas também pelos servos que ela forma. Esse modo de produção determina o tipo de formação por meio das transformações introduzidas na escola, que coloca em relação mestres e estudantes (TRAGTENBERG, 2004 – p.14).

Dentro do processo de formação do pensamento crítico, as atitudes aprendidas e praticadas por determinado indivíduo durante seu crescimento, muitas vezes têm que ser mudadas ou adequadas de acordo com a realidade vivida por ele em seu ambiente.

Braghirolli (2000) ressalta que o processo de mudança de atitudes é um processo de comunicação no qual encontramos o comunicador, a comunicação ou mensagem, o meio e o alvo. Essa mudança será determinada pelas variáveis presentes em cada elemento do processo. O autor ainda afirma que:

As atitudes são aprendidas. Desde muito cedo, na infância, sob a influência da família, elas vão sendo formadas. Além da família, considerada o maior agente formador das atitudes, também vai influenciar nesse processo os amigos, professores, religião, meios de comunicação, etc.

A partir da reflexão sobre a mudança de atitudes é que se chega à importância da participação acadêmica na construção do pensamento crítico. Tal pensamento contribui para o desenvolvimento da sociedade, o crítico averigua fatos, ao invés de simplesmente aceitá-los, questiona, busca a veracidade. Essas atitudes poderiam surgir a partir de uma reflexão crítica na universidade, mas muitas vezes são interrompidas pelo modelo engessado e mais técnico definido pela grade curricular.

Como afirma Tragtenberg (2004, p.84),

somente o processo de organização da camada estudantil poderá superar a inoperância dos órgãos representativos criados pelo despotismo. É a realização da organização corporativa, na qual as diferentes correntes de interesses são articuladas e legitimadas através do diktat estatal-burocrático, que na realidade realiza uma “cooptação” com o nome de “eleição”.

Na medida em que o movimento estudantil participa da sociedade, com suas diferenças de classes e propostas ideológicas, ele passa a refletir a diversidade das propostas político-sociais. Entretanto, o autoritarismo estatal é sentido na classe dos dominados no momento em que eles o internalizam e se mostram incapazes de aceitar as diferenças e fogem do contraditório nas discussões, mostrando-se despreparados (TRAGTENBERG, 2004).

Pelo presente estudo, conclui-se que a falta de disciplinas que instiguem o pensamento crítico, na grade curricular do curso de Administração da Unimontes, pode interferir na formação, concepção e postura dos acadêmicos diante de acontecimentos, como as

manifestações ocorridas no ano de 2013. As universidades exercem papel fundamental na formação de um pensamento crítico, na análise de acontecimentos e principalmente em posicionamentos políticos e sociais, sobre temas latentes.

Pelo presente estudo, conclui-se que a falta de disciplinas que instiguem o pensamento crítico, na grade curricular do curso de Administração da Unimontes, pode interferir na formação, concepção e postura dos acadêmicos diante de acontecimentos, como as manifestações ocorridas no ano de 2013. As universidades deveriam exercer papel fundamental na formação de um pensamento crítico, na análise de acontecimentos e principalmente em posicionamentos políticos e sociais, sobre temas latentes, mas percebe-se que não se ocorre, ao menos no curso de administração.

Por fim, observou-se que no curso de Administração da Unimontes, o papel de formar o acadêmico crítico ainda é pouco aplicado, forma-se administradores apenas para atender as necessidades do mercado, do nosso modelo econômico. O curso de Administração é responsável por formar profissionais que gerenciarão as organizações, visando obter o maior lucro possível, ser produtivo, ter pessoas competentes, obter vantagens competitivas para que tenha maior crescimento de mercado que os concorrentes, dentre outras funções capitalistas. Busca assim, uma formação universitária que torne o acadêmico um trabalhador, uma mão de obra capacitada e qualificada, daí a inibição de disciplinas que levem à um pensamento crítico. Como colocar trabalhadores que questionem o sistema dentro das organizações? É viável ao capital um modelo de ensino que critique as atuais relações de trabalho e sociais? É impensável ao capital esse tipo de ensino; e tal situação só reflete que as instituições de ensino superior não são independentes, mas estão à serviço do capital e do mercado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGHIROLI, Elaine Maria; PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antônio. LITTERER. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

BRUNIERA, Celina et al. **Entrevista: "O lugar da crítica na universidade pública", com Irene Cardoso.** Plural (São Paulo. Online), [S.l.], v. 9, p. 181-196, Mar. 2014. ISSN 2176-8099. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/plural/article/view/75773/79260>>. Acesso em: 14 julh. 2014.

CFA. **História da Administração.** Brasil: Conselho Federal de Administração, 2014. Disponível em: <http://www.cfa.org.br>. Data de acesso: 23/07/2014

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DA SILVA, A. C. **A oferta de vagas na Universidade brasileira.** Tempos de greve na Universidade Pública. Marília: Cultura Acadêmica, 2001.

DRUCKER, Peter Ferdinand,. **Uma Era de descontinuidade: orientações para uma sociedade em mudança** . 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FÁVERO, M. L. A. **Da Cátedra Universitária ao Departamento: subsídios para discussão.** 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu; 24 a 28 de setembro de 2000.

GOERGEN, P. **Educação Superior em debate: Universidade e Compromisso Social - Universidade e Compromisso Social.** Brasília: INEP, 2006.

LAHUERTA, M.; NOGUEIRA, M A. **Greves, crises e poder de agenda na Universidade.** Tempos de greve na Universidade Pública. Marília: Cultura Acadêmica, 2001.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 2006.

MARCONI, M. A.; e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª edição - São Paulo: Atlas 2003.

Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Universidade Estadual de Montes Claros, 1993

Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Universidade Estadual de Montes Claros, 1998

Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Universidade Estadual de Montes Claros, 2000

Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Universidade Estadual de Montes Claros, 2001

Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Universidade Estadual de Montes Claros, 2006

Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Universidade Estadual de Montes Claros, 2008

Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Universidade Estadual de Montes Claros, 2013

**QUEIROZ, A. M. D. Q. Universidade Extramuros: concepções da extensão Unimontes e a sua relação com o desenvolvimento social regional - 1962 - 2008.** Montes Claros, 2009.

**TRAGTENBERG, Maurício. Sobre educação, política e sindicalismo.** São Paulo: UNESP, 2004